

Todos à assembléia amanhã, dia 23



**Às 18h30, na Galeria dos Empregados do Comércio
(Av. Rio Branco, 120, 2º andar, Centro)
Proposta digna ou greve nacional**

Vamos dizer não à proposta rebaixada da Fenaban!

Tem que valorizar os bancários!

O Sindicato convoca todos os bancários para intensificar a mobilização da categoria. Diante da proposta da Fenaban, insuficiente, não nos resta outro caminho. Precisamos construir uma greve nacional forte. Vamos mostrar aos bancos o nosso valor.

Compare as propostas

O que queremos

Reajuste	10%
Auxílio-refeição	R\$19,25
Auxílio-alimentação	R\$465,00
13º auxílio-alimentação	R\$465,00
Auxílio-creche/Babá	R\$465,00 (83 meses)
Pisos salariais	
Portaria:	R\$1.432,90
Escriturário:	R\$2.047,00
Caixa:	R\$ 2.763,45
1º comissionado:	R\$3.477,88
Primeiro Gerente:	R\$4.605,73

Proposta da Fenaban

Reajuste	4,5%
Auxílio-refeição	R\$16,63
Auxílio-alimentação	R\$285,21
13º auxílio-alimentação	R\$285,21
Auxílio-creche/babá	R\$285,21 (71 meses)
Pisos salariais	
Portaria:	R\$738,00
Escriturário:	R\$1.059,25
Caixa:	R\$1.480,24
1º comissionado:	sem proposta
Primeiro Gerente:	sem proposta

PLR: não aceitamos proposta rebaixada

A proposta apresentada pela Fenaban na negociação da quinta-feira, dia 17, é um retrocesso. Os bancos lucraram no primeiro semestre deste ano R\$ 19,3 bilhões. Quem construiu todo esse lucro? Nós, bancários, é claro, à custa de muito trabalho e, muitas vezes, de pressão, assédio moral e sobrecarga de trabalho. Não dá para engolir uma proposta pior do que a do ano passado. Confira os quadros ao lado e veja quanto você perderia com a proposta injusta dos bancos. Vamos mudar isso. Participe da assembleia e vamos à greve nacional.

Veja quanto você perderia com a atual proposta da Fenaban

Simulação 1: banco com lucro de R\$499.522.000,00

Faixa Salarial	1,5 salário	Redutor	1,5 do L.L	Total em 2009	Perda em relação a 2008
R\$1.000	R\$1.500	R\$244,05	R\$313,27	R\$557,32	-79%
R\$2.000	R\$3.000	R\$488,10	R\$313,27	R\$801,37	-78%
R\$3.000	R\$4.500	R\$732,15	R\$313,27	R\$1.045,42	-77%
R\$4.000	R\$6.000	R\$976,20	R\$313,27	R\$1.289,47	-76%
R\$5.000	R\$7.500	R\$1.220,25	R\$313,27	R\$1.533,52	-76%
R\$6.000	R\$9.000	R\$1.464,30	R\$313,27	R\$1.777,57	-76%
R\$7.000	R\$10.000	R\$1.627,00	R\$313,27	R\$1.940,27	-73%
R\$10.000	R\$10.000	R\$1.627,00	R\$313,27	R\$1.940,27	-73%

Simulação 2: banco com lucro de R\$9.171.464.000,00

Faixa Salarial	1,5 salário	1,5 do L.L	Total	Perda em relação a 2008
R\$1.000	R\$1.500	R\$1.500	R\$3.000,00	-28%
R\$2.000	R\$3.000	R\$1.500	R\$4.500,00	-29%
R\$3.000	R\$4.500	R\$1.500	R\$6.000,00	-30%
R\$4.000	R\$6.000	R\$1.500	R\$7.500,00	-30%
R\$5.000	R\$7.500	R\$1.500	R\$9.000,00	-31%
R\$6.000	R\$9.000	R\$1.500	R\$10.500,00	-31%
R\$7.000	R\$10.000	R\$1.500	R\$11.500,00	-27%
R\$10.000	R\$10.000	R\$1.500	R\$11.500,00	-27%

*Redutor é a diferença entre o que os bancos gastariam se pagassem a PLR que propuseram e o limitador de 4% do lucro líquido.

Elaboração: Dieese/Contraf-CUT

GARANTIA NO EMPREGO

Setor bancário é o único que reduz postos de trabalho

No primeiro semestre deste ano, os bancos fecharam 2.224 postos de trabalho. É a maldita “rotatividade”, estratégia dos banqueiros para demitir funcionários com mais tempo de casa e salários mais altos e contratar novos com salários menores. Segundo pesquisa da Contraf/CUT, os funcionários demitidos recebiam, em média, R\$3.627,01. Já os novos contratados têm remuneração média de apenas R\$1.928,92, uma diferença de 46,82%. Assim, os bancos lucram ainda mais à custa do sofrimento das famílias que passam a viver o drama do desemprego. E o pior: os bancos contratam bem menos do que demite. Entre janeiro e junho, o setor desligou 15.459 bancários, principalmente



Almir Aguiar, presidente do Sindicato, convoca os bancários para a assembleia desta quarta-feira e para a greve nacional da categoria

em função das fusões e contratou apenas 13.235 trabalhadores. O setor financeiro está na contramão do crescimento sustentável da economia do país. Enquanto os bancos demitem, os demais setores aumentaram o número de vagas em 8.754 novos postos de trabalho. “Nós reivindicamos a

garantia no emprego, inclusive nos casos de fusões, que sempre resultam em demissões. Queremos também a inclusão da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em nosso Acordo Coletivo, antes mesmo de ela ser aprovada no Congresso Nacional”, disse o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

Uma reivindicação permanente

O auxílio-educação para todos os bancários é uma reivindicação permanente da categoria. Os bancos exigem cada vez mais que o nível de instrução de seus empregados seja o mais elevado: universitário. Mas para cursar universidade, o bancário passa

por duras penas. Faltam-lhe recursos financeiros para custear os estudos, além de enfrentar dificuldades quanto ao horário. Os banqueiros são insensíveis diante dessa questão. Quando distribuem bolsas de estudo, o número é insuficiente para atender a to-

dos, além do que os gestores adotam critérios pouco transparentes para a seleção dos candidatos. Nesta campanha nacional, a categoria exige auxílio-educação para todos. Entre os grandes bancos, o Bradesco é o mais resistente a conceder o auxílio.



BANCÁRIO Presidente: Almir Aguiar - Sede - Av. Pres. Vargas, 502 /16º - 20º, 21º e 22º andares - CEP 20711-900 - Rio de Janeiro - RJ. Fax (Redação): (021) 2103-4112 - Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 - Secretaria de Imprensa - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de

Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcelos - MTb 21335/RJ - Redatores: José Eurides de Queiroz - Mtb 11.7325 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Revisor: João Luiz Pacheco - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo, Verônica Motta (Reg. 31970 S/068) e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca - Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36- Benfica - Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 21.000

Prontos para a greve

Caravana em Campo Grande também é um sucesso



As caravanas do Sindicato nos bairros para convocar os bancários para as atividades da campanha nacional comprovam: os bancários estão indignados com a postura da Fenaban nas negociações e estão dispostos a partir para a greve, caso os bancos não

apresentem uma proposta justa. Em Campo Grande (fotos), Zona Oeste do Rio, na última sexta-feira, dia 18, não foi diferente.

Nas agências, os problemas de sempre: filas, clientes reclamando da demora no atendimento e bancários

sobrecarregados e estressados.

Os sindicalistas tiveram apoio total da categoria e da população. O Sindicato realizou caravanas também no Centro, Ilha do Governador, Botafogo, Ipanema, Bonsucesso, Cascadura, Madureira e Taquara.



Interdito é inconstitucional

O uso do interdito proibitório como artifício jurídico pelos bancos para coibir as greves é inconstitucional. Esta é a avaliação de diversos juristas. Segundo eles, o direito de greve está protegido pela Constituição e é legítimo e fundamental na defesa da valorização do trabalho.

O interdito é uma medida judicial, empregada para garantir ao proprietário a posse de um imóvel ou terreno, muito usado na desocupação de terras. No entanto, os banqueiros utilizam esta norma para impedir a greve e as manifestações, alegando existir ameaça à posse das agências, mas os bancários não querem tomar as unidades e, sim, fazer greve.

GREVE É DIREITO LEGÍTIMO

Omar Afif, da Procuradoria Geral do Trabalho, lembra que “a greve é o principal mecanismo do trabalhador de enfrentamento da força empresarial, um exercício justo e legítimo”. Já o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, defende o direito de greve e diz que as decisões das assembléias das categorias são soberanas. “Grevista quer apenas convencer o outro, não quer se apropriar do bem (a agência)”, disse, referindo-se às manifestações em frente aos bancos. O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, critica o que chama de criminalização dos movimentos sociais. “Neste contexto tem prevalecido a idéia de que o trabalho deixou de fazer parte da dignidade humana e passou a ser visto como mais um custo”, esclarece. Afirmar que atualmente 80% dos advogados que conseguem o registro na OAB provêm da classe média e classe média alta. Destes, um segmento ainda mais restrito permanece em casa para prestar concurso para o Ministério Público ou juiz. “Muitos não têm contato com os movimentos sociais e possuem uma idéia errônea deles. Assim, quando se está afastado das ruas, não se consegue compreender essas manifestações e o interdito é uma falha de conceito provocado por esse afastamento”, argumenta.

Pelo fim do assédio moral e das metas abusivas

O assédio moral é uma prática cruel, desumana, sorrateira, que humilha e desmerece o trabalhador. Nos bancos, é grande o número de bancários que sofrem todo o tipo de pressão psicológica para atingir as metas abusivas. Como resultado disso é cada vez maior o número de trabalhadores vítimas de doenças ocupacionais. Até os bancos públicos incorporaram essa lógica perversa, típica do setor privado brasileiro. Vamos pôr fim ao assédio!

BB e Caixa também enrolam nas negociações

Não é só a Fenaban que enrola os bancários nas negociações. A direção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal também tratam seus funcionários com desrespeito e indiferença. Nas negociações específicas dos bancos públicos, não houve avanços significativos. “É fundamental a unidade da categoria, dos setores público e privado, para construirmos uma greve nacional forte. Vamos exigir que os bancos públicos e o governo respeitem os

trabalhadores”, disse o vice-presidente do Sindicato, José Ferreira.

Na Caixa, as negociações sobre isonomia, um novo Plano de Cargos Commissionados (PCC), respeito à jornada de seis horas e melhorias nas condições de trabalho e de saúde continuam emperradas. No BB, a situação não é diferente. Os funcionários reivindicam, entre outros itens, o fim da lateralidade com a volta do pagamento das substituições, fim dos caixas

flutuantes/itinerantes e da sobrecarga de trabalho, isonomia, melhorias na saúde e condições de trabalho, respeito à jornada de seis horas e transparência na estrutura de carreira, com um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

Além disso, a categoria luta pelo fim das terceirizações, da contratação de mais funcionários concursados e pelo piso salarial de um salário mínimo do Dieese (R\$2.047).